
Paraíba e bahianos: órfãos do campo, filhos legítimos da cidade

Durval Muniz de A. Jr.*



Foto: Arquivo CEM

INTRODUÇÃO

Neste artigo abordaremos um dos aspectos até hoje negligenciados pela literatura que trata da história do migrante nordestino nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ou seja, como entender historicamente a formação de estereótipos os mais contraditórios em torno destes migrantes na região Sudeste e como estes contribuíram ou não para a inserção do trabalhador de origem nordestina no mundo do trabalho, mais particularmente como contribuíram para estes se identificarem ou não com a classe operária destas cidades.

Faremos pois, muito mais uma discussão com a historiografia sobre a formação da classe operária no Brasil após 1930, que também foi responsável pela veiculação de uma série de estereótipos sobre o trabalhador de origem rural e migrante e ao mesmo tempo negligenciou em seus trabalhos os conflitos internos à própria classe, ao seu processo de formação, entre estes, os provocados por preconceitos quanto a origem regional, étnica e social dos elementos recém incorporados ao mercado de trabalho.(1)

“O MUNDO CRIANDO PARAÍBAS E BAHIANOS”

Preguiçoso, bandoleiro, vagabundo ou força-motriz, mão-de-obra barata, construtor de cidades, etc.: – as imagens do nordestino no Sudeste remetem invariavelmente ao mundo do trabalho. É portanto lá que devemos buscar as experiências formadoras de tais estereótipos. Eles aparecem como imagens nascidas num cotidiano de luta pelo mercado de trabalho, frutos de um momento de intensa disputa no mercado de trabalho entre trabalhadores de diferentes origens étnicas, nacionais e regionais. Queremos entender o surgimento destes estereótipos como um acontecimento constituinte do processo de formação da classe trabalhadora brasileira, mais particularmente das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Seriam produto das experiências de conflito e disputas entre diferentes grupos de trabalhadores e destes com a classe dominante, no processo de formação da classe trabalhadora destas duas cidades, mais pre-



Foto: Arquivo CEM

cisamente, da formação da chamada “nova classe operária” que surge a partir dos anos vinte.

A década de vinte marca o início de um processo de mudança na composição da classe operária das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, “resultante do ingresso de levas de migrantes nacionais, e o surgimento de uma nova geração de filhos de estrangeiros”. Marca também um verdadeiro corte na memória social, que é aprofundado no pós-30, onde vai se eclipsar a história da “velha classe operária”, predominantemente descendente de estrangeiros, para ressaltar a história desta “nova classe operária” que surge.

Em 1928 já havia cessado quase toda a imigração externa, o que, acompanhado pelo desenvolvimento industrial destas cidades, leva a aumentar o fluxo de migrantes de origem rural do Rio de Janeiro e de São Paulo como de outros estados. Quando, em

1930 Vargas chega ao poder e assina decreto limitando em 1/3 o número de trabalhadores estrangeiros por empresa, é dado um passo decisivo para que os trabalhadores nacionais superem em número os estrangeiros na composição da classe operária.

O Nordeste vai se constituir numa das principais áreas fornecedoras de migrantes, por ser uma área onde as pressões demográficas se acentuavam sem que o crescimento de sua população fosse acompanhado por um desenvolvimento econômico capaz de absorver esta mão-de-obra. A concentração fundiária, somada às relações de trabalho e às relações de poder aí existentes, colocava a migração para o camponês nordestino como uma opção entre resistir à exploração e à dominação, enfrentando a dura repressão que a burguesia agrária era capaz de fazer, e a busca de novas relações nas cidades grandes, que apareciam como miragens de “libertação”.

Ao longo da década de 1930, “predominou os migrantes de Minas Gerais, Bahia e a parte sul dos estados açucareiros do Nordeste, como Alagoas e Pernambuco”. Esse padrão vai se alterar ao longo da década de quarenta, até 1950, quando os nordestinos chegam em seus “paus-de-arara” e assumem o predomínio no número de migrantes que afluem para São Paulo e Rio de Janeiro, as duas maiores concentrações industriais do país, que, por isso mesmo, atraem o maior número de migrantes nordestinos. Por isso devemos privilegiar estas duas cidades quando se trata de acompanhar o processo de formação da classe trabalhadora no país e a participação dos camponeses nordestinos na sua composição, atendo-nos ao período de 1920, quando se inicia este processo de mudança na composição da classe trabalhadora, até 1950, quando os nordestinos assumem a predominância entre os vários grupos de migrantes que concorrem para a formação desta classe.

Este fluxo de migrantes provoca uma acirrada disputa pelo mercado de trabalho, notadamente nas profissões mais desqualificadas. Os antigos trabalhadores foram sendo deslocados ou substituídos e a taxa de salário rebaixada, o que presumimos tenha provocado tensões entre estes novos trabalhadores, mais particularmente os nordestinos, e aqueles outros grupos de trabalhadores de predominância estrangeira que ocupavam o mercado de trabalho até então. Ampliando o exército industrial de reserva estes migrantes evitavam que as taxas de salários se elevassem, mesmo quando a migração estrangeira praticamente acabou no final da década de 1920.

Mas as alterações não se dão apenas do ponto de vista numérico ou econômico, estes migrantes provocam alterações que vão desde o aspecto político até o cultural. Este primeiro aspecto tem sido permanentemente ressaltado pela bibliografia que trata de movimento operário no Brasil ou de temas ligados à constituição da classe trabalhadora. As mudanças no comportamento político da classe trabalhadora no pós-30 têm sido tema de vastíssima produção historiográfica que insiste em atribuir à origem rural de seus componentes o que consideram um declínio do movimento operário,

“o ter se deixado cooptar pelo Estado” e o surgimento do sindicalismo corporativo e do fenômeno populista.(2)

Partindo de um paradigma que só qualifica como políticos aqueles movimentos que se organizam em termos institucionais e que lutam pela tomada do poder de Estado para a consecução de um projeto de nova sociedade, esta literatura passa ao largo de outras formas de resistência política desenvolvidas pelo trabalhador no seu cotidiano, no seu trabalho, na sua rua, sua vida, enfim. Por isso, são incapazes de perceber que se mudanças houve no comportamento político da classe trabalhadora no pós-30, não se pode dizer que ela capitulou ou se deixou cooptar; não teria, isto sim, resistido de outras formas, desenvolvido outras estratégias de resistência ao capital e à sua exploração e dominação política? Além de que, os trabalhadores não estão sós na sociedade, houve uma alteração substancial no comportamento da classe dominante e do Estado em relação à chamada questão social, ao trabalhador, sua cidadania e inserção na sociedade, que são unânimes em reconhecer. Ora, se tais alterações ocorreram, por que imputar à classe trabalhadora e à sua origem rural as responsabilidades únicas pelas alterações em sua forma de agir politicamente?

Estas afirmações partem da própria forma preconceituosa como vêm o campesinato e seu papel como agente de transformação social, que leva a colocações que não correspondem à história deste grupo na sociedade brasileira, como esta: “As camadas inferiores da população rural no Brasil nunca empreenderam qualquer tipo de reação societária que implicasse em alguma forma de revolta contra o sistema, contra as classes superiores, ou ainda, um desejo de mudança”.(3) Toda a luta do campesinato ao longo da história brasileira, é apagada e a imagem dele é passada de um agente passivo e atrasado.

Acreditamos que os migrantes nordestinos, entre outros, trouxeram experiências de luta do seu passado rural, que são importantes na elaboração de novas estratégias de enfrentamento do capital no mundo urbano e da fábrica neste momento em que o processo de desenvolvimento capitalista se acelera no Brasil, o que significa o aprofundamento da disciplinarização do trabalhador e a busca de uma completa integração ao mundo do trabalho, projeto não só da classe dominante, mas do próprio Estado, que busca neste instante não só reelaborar a imagem do trabalhador, mas do próprio trabalhador nacional até então estigmatizado pelo passado escravista.



Foto: Arquivo CEM

Estas formas de enfrentamento podem ser responsáveis por alguns estigmas que acompanham o nordestino como o de ser violento, individualista, desrespeitador da autoridade, valente, briqueto, bandoleiro, etc.

Mas o que nos interessa mais de perto são as alterações culturais provocadas pela chegada destes migrantes de origem rural, notadamente do Nordeste, para a cultura da classe trabalhadora, até então majoritariamente caracterizada pelo predomínio da cultura européia. A historiografia tende a reproduzir, neste aspecto, a própria visão depreciativa que a classe dominante tinha em relação à cultura do trabalhador nacional. Os imigrantes europeus são caracterizados como tendo experiência industrial prévia, tendo experiência de vida urbana e uma tradição de movimentos socialistas, anarquistas e operários, que os tornavam técnica e politicamente superiores ao trabalhador nacional.(4) O nacional se caracterizaria por uma fraqueza ideológica, pela falta de organização devido a virem "imbuídos de uma cultura rural de formação patriarcal", que os tornava "propícios a incorporar uma ideologia sindical de características paternalistas".(5)

Partindo de uma concepção aristocrática de cultura, segundo a qual a sociedade é dicotomicamente dividida entre quem tem e quem não tem cultu-

ra, quem possui cultura superior e quem a possui inferior,(6) esta historiografia atribui à cultura européia dos trabalhadores imigrantes uma superioridade em relação à cultura do trabalhador nacional, já que aqueles "eram portadores das novas ferramentas e das técnicas modernas que representavam o gênio inventivo da era industrialista, capazes de quebrar barreiras e abrir horizontes".(7)

Estas formulações da historiografia e da própria classe dominante sobre o trabalhador nacional, de uma forma geral, eram acentuadas quando se tratava de trabalhadores nordestinos, já que nas suas formulações racistas a elite paulista, por exemplo, com sua arrogância, considerava que "se São Paulo era rico, era porque seus habitantes trabalhavam muito, se os nordestinos queriam pôr fim à sua pobreza que fizessem o mesmo". Esta superioridade econômica e cultural de São Paulo e do sul do país resultariam de serem "regiões mais brancas", enquanto os nordestinos seriam "mestiços indolentes, ignorantes e de pouca saúde".(8)

O que esta historiografia em muitos casos omite, até por falta de pesquisas mais aprofundadas, é que grande parte destes imigrantes europeus provinham das áreas mais atrasadas da Europa, onde se dedicavam ao trabalho agrícola, tendo aqui no Brasil, na sua maio-

ria, uma passagem pelo trabalho no café, o que questiona o mito da superioridade técnica e do contato destes imigrantes com o mundo da fábrica, que na sua maioria só vieram conhecer no Brasil.(9)

Os camponeses nordestinos chegam a São Paulo e ao Rio de Janeiro trazendo uma cultura tradicional extremamente forte, com modos de vida totalmente estranhos para os nacionais e estrangeiros que ali viviam. Cultura marcadamente pré-industrial, pouco afeita às pressões em favor da disciplina e da ordem que partiam das fábricas, estendendo-se a todos os demais aspectos da vida: o lazer, as relações pessoais, a conversação e a conduta. Por isso se dedicam predominantemente às ocupações manuais mais pesadas na base da sociedade industrial que exigem um enorme dispêndio de pura energia física num ritmo de vida típico da fase pré-industrial "em que se alternava o trabalho intenso com as diversões tempestuosas".

Cultura de transmissão oral por excelência, já que o analfabetismo era quase geral entre os migrantes nordestinos, provocará alterações na própria forma de veiculação da cultura operária, até então caracterizada pela transmissão escrita através da imprensa operária. Não terá sido este declínio da produção de uma cultura letrada, escrita pelo operariado, que levou a historiografia a interpretar como o emudecimento da própria fala operária? Temos que buscar formas outras de ouvir estas falhas.

2. "PARAÍBAS E BAHIANOS RECRIANDO O MUNDO"

Estas representações imaginárias do nordestino nascem da experiência cotidiana no trabalho, nas relações de trabalho e nas outras esferas de existência; são formulações só compreensíveis dentro de um sistema cultural em formação, onde os conflitos culturais estavam moldando a cultura da "nova classe operária", já que só se pode "entender uma classe como uma formação social e cultural que se constrói tanto a partir das experiências dos trabalhadores no processo de produção quanto a partir de suas tradições intelectuais, de um modelo de relacionamento social e de seus padrões de organização política e profissional".(10)



Foto: Arquivo CEM

Entendendo formação de classe operária como um processo onde se observa o crescimento da consciência de classe, a consciência de uma identidade de interesses entre todos os diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes,(11) é preciso entender como os nordestinos contribuíram neste processo, que elementos culturais que trouxeram foram incorporados nesta identidade e que elementos dificultaram esta construção; como os conflitos culturais que levaram à formação desta identidade deram origem a estereótipos que visavam integrar ou não o nordestino à nova classe em formação e que procuravam criar de certa forma o local e modo como seria feita esta integração.

Faz-se necessário resgatar a experiência do camponês nordestino através de um novo enfoque que procure se desvencilhar de uma série de mitos consagrados em nossa historiografia. A formação de uma identidade coletiva consiste "na construção de um discurso capaz de produzir uma 'área de igualdade' substancial que nega as desigualdades em um espaço definido e dentro dele, enfatiza um conjunto de valores e tradições solidários, podendo inclusive se materializar em formas institucionais diversas, como leis, organizações, etc...(12) no entanto, à medida que a identidade não significa a superação das desigualdades de forma absoluta, estas desigualdades podem ser exatamente definidoras de estereótipos que diferenciam os diversos grupos de trabalhadores e marcam suas identidades próprias enquanto grupos diferenciados. A resistência maior ou menor em se integrar a esta identidade coletiva e a luta pela preservação de uma identidade de grupo aparecem-nos como fonte de formação de estereótipos que marcam estes grupos de trabalhadores como os nordestinos.

A formação desta identidade de classe pode ser dificultada pela própria estratégia das classes dominantes em explorar as divisões internas ao proletariado, atribuindo valorações diferenciadas a cada um deles. No caso dos nordestinos, estes, além de serem vistos como inferiores, vão ocupar quase sempre as posições mais baixas na hierarquia industrial, enquanto os nacionais do Sudeste ocupavam as posições intermediárias, sendo as posições melhor qualificadas e de di-



Foto: Arquivo CEM

reção entregues a trabalhadores estrangeiros, tanto em empresas de empresários brasileiros, quanto nas de imigrantes. No pós-30 é comum a vinda de técnicos estrangeiros para ocupar cargos de direção nas empresas nacionais e estrangeiras, o que acirrou a rivalidade entre grupos nacionais e estrangeiros de trabalhadores, fontes pois da elaboração de estereótipos e representações imaginárias depreciativas em relação a cada um dos grupos. Portanto, não podemos entender a formação destes estereótipos sem a concorrência das próprias formulações imaginárias da classe dominante, bem como suas atividades em relação aos diferentes grupos de trabalhadores.

É comum também a referência aos conflitos entre diferentes grupos de trabalhadores não só pelo mercado de trabalho mas pelo controle do movimento operário, além de formas diferenciadas de comportamento político, outra fonte para formação de estereótipos. Organizações de trabalhadores por nacionalidades, relacionamento privilegiado de um grupo com o patrão de sua nacionalidade ou de sua região dificultam a construção da identidade política deste proletariado, retardando o forjar de uma solidariedade de classe, conflitos muito bem explorados pelo patronato e pelo Estado.

No caso do camponês nordestino, até que ponto a solidariedade regional serviu para a construção de uma identidade de classe e até que ponto serviu de entrave? As formas particulares de

organização e comportamento político deste grupo de trabalhadores, até que ponto serviram para a modificação do comportamento político da classe operária no pós-30, fato tão ressaltado pela historiografia?

A propaganda despolitização do trabalhador nordestino é atribuída à sua origem rural, bem como às relações paternalistas a que estaria submetido no Nordeste, além de sua falta de experiência de luta coletiva e de organização. "Assim para que a autoridade da direção da empresa (fosse) desafiada cumpre que o desafio (fosse) feito por outra 'autoridade', a da liderança sindical que arca com a responsabilidade e com as consequências".(13) Isto explica o distanciamento do nordestino da vida sindical, o corporativismo e a burocratização que toma forma nos sindicatos no pós-30, e as atitudes pelegas das lideranças sindicais, que procuram negociar com os patrões e com o Estado benefícios para a sua base despolitizada.

Argumentamos que, como nos alerta Thompson, paternalismo é um termo descritivo impreciso e por isso mesmo não podemos caracterizar toda uma sociedade como paternalista, além de que as relações paternalistas não são apenas de assentimento, mas também de cobrança, de reciprocidade, portanto de conflito. A violência da sociedade "paternalista" nordestina não pode ser ignorada, os conflitos atingiam vários níveis e se expressavam de diversas formas, inclusive coletivamente, o que dá ao nordestino a

tão cobrada experiência de luta coletiva e que é desconhecida por uma certa historiografia.

Numa sociedade de classes, as elaborações imaginárias são também produto deste conflito que perpassa todo o social e que se expressa em outros micro-conflitos no tecido social. Os nordestinos, ao chegarem a São Paulo e ao Rio de Janeiro, vão trabalhar em empresas de propriedade de paulistas, cariocas ou imigrantes, além de empresários originários de outros estados brasileiros, em menor número; o que nos leva a indagar até que ponto a luta de classes não é encoberta aí ou expressa como uma luta regional, que tem repercussões no próprio relacionamento entre os diversos grupos de trabalhadores, dificultando o forjar de uma identidade de classe. Portadores de culturas diferenciadas, trabalhadores nordestinos e patrões tendiam a se ver com desconfiança, desconfiança generalizada para os outros trabalhadores com padrões culturais também diversos.

O que ocorre é que a historiografia até agora tem partido de um modelo do que seja consciência verdadeira, e não entende a consciência como uma construção histórica que é a possível em cada momento histórico e para cada grupo social. Como fica patente em José Albertino Rodrigues que, referindo-se aos trabalhadores de origem rural, afirmou: "o nível de consciência de classe atingido por este tipo de trabalhador, em razão de sua origem rural muito recente, não (seria) suficientemente elevado para alcançar plena identificação".(14)

Para esta historiografia, a única forma de solidariedade conhecida pelo camponês nordestino era a solidariedade do grupo familiar, o que dificultava a formação da solidariedade de classe. Provindo "em sua maioria de famílias de sitiantes e às vezes de meeiros, o grupo de trabalho nas suas propriedades (era a família numerosa, auxiliada, às vezes, no caso dos sitiantes tradicionais por uns poucos empregados)".(15) Este ambiente rural não propiciava formas de conduta coletiva e laços de solidariedade que levassem a formas de ação coletivas no enfrentamento das classes dominantes, sendo uma característica destas pessoas a submissão, a humildade e o respeito.

No entanto, nos estereótipos em torno do nordestino, não é assim que ele aparece. Não seria indício de que estes trabalhadores trouxeram formas diferenciadas de resistirem politicamente, que passariam pelo que Tilman Evers chama de resistência cultural? Ou seja, a resistência do nordestino em se integrar ao mundo da fábrica e ao próprio operariado, não seria uma resistência ao próprio operariado, não seria uma resistência ao próprio capitalismo? Tentando manter sua cultura pré-industrial, seus valores "camponeses", os nordestinos não estariam questionando a própria sociedade em que se incluem e as tentativas da classe dominante e do Estado em discipliná-los?(16)

Embora seus elementos culturais fossem perturbadores da própria constituição da identidade da classe dos trabalhadores, já que o conflito entre modos alternativos de vida dificultava o forjar desta identidade, não foi esta resistência cultural uma forma de se preservar enquanto grupo, de evitar sua descaracterização e pasteurização pelo mundo da fábrica e pela cultura que dela emanava? Como observa Thompson ao referir-se ao processo inglês, "os primeiros anos da Revolução Industrial ao invés de destruir as tradições locais fez ocorrer um crescimento da autoconsciência e do orgulho provincianos".(17) Seria esta demarcação entre os nordestinos e os outros, que estes teriam buscado, assumindo e reforçando determinados estereótipos, que evidentemente já expressavam de forma distorcida determinados elementos presentes no seu modo de vida.

Esta resistência cultural não significa que este grupo conseguiu escapar das determinações vindas do contexto de constituição de uma sociedade burguesa cada vez mais disciplinada, mas podemos dizer que conseguiu com ela ser ator também deste processo, colocando nele sua marca, estabelecendo limites, abrindo brechas nas quais puderam preservar aspectos de seu modo de vida tradicional: suas festas, seus divertimentos, seus amores, afetos, ódios e valores.

Resgatar este jogo dialético foi nosso objetivo neste artigo, deixando várias questões em aberto, para que a posterior pesquisa e as discussões que este próprio artigo suscite possam trazer à tona as possíveis respostas.

*Durval Muniz de Albuquerque Júnior é Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba-Campus II - Campina Grande.

NOTAS

- 1 - Estas discussões aqui apresentadas são o ponto de partida da pesquisa que pretendemos realizar para a redação de nossa tese de doutoramento em História Social do Trabalho na Universidade Estadual de Campinas sobre a participação do migrante nordestino na formação da classe trabalhadora das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.
- 2 - Esta tese do declínio do movimento operário no pós-30 devido a origem rural do novo operariado está presente, por exemplo em: PINHEIRO, Paulo Sérgio - Política e Trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930, 2ª ed., Rio, Paz e Terra, 1977, pág. 101 a 113; RODRIGUES, José Albertino - Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Difel, 1986, págs. 21 e 145 e RODRIGUES, Leôncio Martins - Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, São Paulo, Difel, 1966, págs. 93 e 117.
- 3 - RODRIGUES, Leôncio Martins - Op. cit. pág. 117.
- 4 - Ver PINHEIRO, Paulo Sérgio - Op. cit., pág. 101.
- 5 - RODRIGUES, José Albertino - Op. cit., pág. 09.
- 6 - Ver a crítica feita a esta concepção de cultura por Carlos Ginzburg no trabalho O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, notadamente na página 17.
- 7 - RODRIGUES, José Albertino - Op. cit., pág. 09.
- 8 - LOVE, Joseph L. - A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937), Rio, Paz e Terra, 1982, pág. 108.
- 9 - Ver ALVIM, Zuleika M.F. - Brava Gente: Os italianos em São Paulo (1870-1920), 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 10 - GOMES, Ângela Maria de Castro - A Invenção do Trabalho, São Paulo, Vértice, Rio, IUPERJ, 1988, pág. 17.
- 11 - Ver THOMPSON, E.P. - A Formação da Classe Operária Inglesa I: A Árvore da Liberdade, Rio, Paz e Terra, 1987, pág. 09 e segs.
- 12 - GOMES, Ângela Maria de Castro - Op. cit., pág. 21.
- 13 - Veja RODRIGUES, Leôncio Martins - Op. cit., pág. 117.
- 14 - RODRIGUES, José Albertino, op. cit., pág. 145.
- 15 - RODRIGUES, Leôncio Martins - Op. cit., pág. 78.
- 16 - EVERS, Tilman - Identidade: A Fase Oculta dos Novos Movimentos Sociais, São Paulo, Novos Estudos, São Paulo, Novos Estudos CEBRAP, v. 2,4, págs. 11-23, abril 84.
- 17 - THOMPSON, E.P. - A Formação da classe Operária Inglesa II - A Maldição de Adão, Rio, Paz e Terra, 1987, pág. 299.